

Ensino de história, patrimônio e memória: Parcerias possíveis.

Margarete da Costa Cardoso*

Resumo: A partir do suposto de que a escola não é a única responsável pela construção do saber histórico e compreensão da cultura; entendo que a memória, o patrimônio material e imaterial, a oralidade, a iconografia, a tecnologia e outros, contribuem para a formação do indivíduo, interagindo com a educação formal. Para construção do saber, para a fruição e formação do cidadão, a educação escolar se completa no entorno, nos lugares de memória, nos espaços expositivos – museus e outras instituições –, na tradição oral e na produção cultural de uma sociedade ou grupo. Por isso, as parcerias devem se estruturar na possibilidade de aproveitar melhor nossa diversidade, na valorização da micro-história e no intuito de apreensão do devir, situando sujeitos históricos que a partir da memória individual interagem com um grupo, entorno e sentem-se de fato responsáveis pela constituição da memória coletiva e parte da História.

Palavras-chave: micro-história, patrimônio, parceria.

Abstract: Starting from the supposition that school is not the only responsible for the construction of the historical knowledge and understanding of the culture; I understand the memory, material and immaterial patrimony, oral tradition, iconography, technology as contributor to the individual's formation, interacting with the formal education. For the construction of the knowledge, for the fruition and citizen's formation, the school education needs to complete in the environment, memory sites, museums, oral tradition and cultural production of the society. Therefore, the partnerships should structure in the possibility of taking advantage of the diversity better, valorization of the micro-history and intention of apprehension of the future, placing historical actors that interact with a group starting from the individual memory, environment, and to feel really responsible for the constitution of the collective memory and part of the History.

Keywords: micro-history, patrimony, partnerships.

Os múltiplos saberes humanos devem se limitar ao ensino formal?

Sabemos que a escola não dá conta sozinha dessa responsabilidade, portanto, a parceria com o patrimônio e a memória é de fundamental importância para a formação humanística dos indivíduos e a cidadania. O indivíduo que estabelece uma relação com os temas aqui abordados ainda criança ou adolescente, terá maiores chances de constituir uma memória – social, política ou cultural – entender o conceito patrimônio como algo além dos tombamentos oficiais, exercitar a capacidade de observação, abstração e imaginação e com isso obter fruição nas mais diversas situações, corroborando então para a construção do saber histórico tão discutido nos PCN's. A partir da observação de grupos – escolares ou não – bem como, de visitas espontâneas e individuais a espaços expositivos, lugares de memória, festas populares

* Graduada em História pelo Centro Universitário Sant'Anna – São Paulo.

e da tradição oral existente e resistente em alguns sítios do Estado de São Paulo, é possível verificar a importância de se estabelecer uma parceria entre as instituições de ensino formal e outros veículos. Os conceitos que norteiam a educação no Brasil, em especial os PCN's de história, são por vezes, utópicos, dada a realidade distinta de cada região e a extensão nacional. Esta proposta de parceria se baseia na necessidade de melhor aproveitamento da diversidade existente e, sobretudo a contemplação da micro-história, nunca em detrimento da macro-história, mas no sentido de inserção dos indivíduos observados ao longo do trabalho como efetivos sujeitos históricos, que segundo Lévis-Strauss: "E como acreditamos, nós próprios, apreender nosso devir pessoal como uma mudança contínua, parece-nos que o conhecimento histórico vem ao encontro da evidência mais íntima" (LEVY-STRAUSS, 1962: 262). O ensino formal ainda aparece como o principal responsável pela construção do saber histórico, mas ao aproveitarmos os demais elementos aqui mencionados, estabelecendo as "parcerias", nos será possível apreender o devir e situar-nos enquanto sujeitos históricos constituidores de memória.

Para compreender como se dá o ensino de história nas escolas, é necessário mais que conhecer os PCN's (Conceitos), há que se analisar as práticas (*Práxis*) em sala de aula, a relação do professor e aluno com a história (Cenário). A partir disso o recorte escolhido é a forma como são trabalhadas: A memória e história local, O patrimônio histórico "lugares da memória" e o Educar para museus na sala de aula, preocupação que surgiu a partir de questionamentos feitos no sentido de encontrar caminhos para as diferentes perspectivas de apreensão do saber histórico através do ensino formal e das várias possibilidades de educação existentes em cidades como São Paulo, ricas em espaços museais e patrimônio histórico. A produção histórica gerada por professores e alunos se dá através da dinâmica existente entre o conhecimento prévio que o aluno traz, o respeito dos educadores a esse conhecimento somados a outras fontes de informação, existentes no mundo contemporâneo. O aluno constrói o conhecimento a partir de interações estabelecidas com outras pessoas e com o entorno, por isso, a importância da valorização do universo escolar, da história, do patrimônio e da memória. O professor – em especial o professor de história – tem papel importante no processo de resignificação dos objetos, estimulando a criação e não a reação. Para Circe Bittencourt,

“a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivências – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (BITTENCOURT, 2005: 168).

A partir do ingresso da criança no universo escolar ocorre à ampliação de suas relações, ela entra em contato com elementos que lhe darão subsídios para construir o saber histórico escolar, fatores como a diversidade e a igualdade, bem como, espaço e tempo histórico. É fundamental que a criança e/ou adolescente se veja como sujeito social importante na construção da história e na preservação da memória do grupo, da memória local e regional, sentindo-se parte integrante e ativa desse processo. Em contrapartida, o professor deve atuar no sentido de estimular o desenvolvimento desse saber, lançando mão de ferramentas como: a pesquisa através de depoimentos colhidos junto à família, comunidade e amigos. Os relatos orais juntamente com as fontes materiais – fotos, recortes de jornais, objetos – e outras fontes – usos e costumes – constituem um importante arcabouço para a recuperação da memória e história local. Com isso, contempla-se a micro história – desprezada em outras épocas – tão importante para formação do saber escolar.

As fontes visuais tornam-se cada vez mais comuns na sala de aula, trata-se de importante ferramenta pedagógica nas mãos dos educadores, contudo, há que se ter o cuidado de não transformá-las em mera ilustração. As fontes visuais, tradicionalmente utilizadas no ensino de Arte e de História vêm sendo reforçadas pela multidisciplinaridade e pelo avanço do mundo imagético. Esta ferramenta ganhou outros espaços e para alguns estudiosos, além da ocorrência das imagens encontradas nos materiais didáticos – que aumentaram desde a segunda metade do século XX – presencia-se também, o crescimento e disseminação de “imagens tecnológicas”, enquanto recurso didático. Um exemplo da importância da imagem na educação remonta do século VI. No Ocidente, o Papa São Gregório Magno insistia no caráter didático das pinturas nas igrejas, úteis para que os analfabetos ao contemplá-las, pudessem ler, pelo menos nas paredes, aquilo que não eram capazes de ler nos livros. A pintura, a gravura, a fotografia – está última, fonte recorrente nos trabalhos com história local – e o cinema, são técnicas que enriqueceram tanto a pesquisa de história quanto o trabalho do professor, tanto um quanto outro, teria seu trabalho muito empobrecido se fossem obrigados a se basear apenas nos textos. Para Peter Burke, as imagens não devem ser consideradas simples reflexões de suas épocas e lugares, mas, extensão dos contextos sociais onde foram produzidas. O uso de imagens da história do cotidiano inseridas na macro-história poderá

estimular o aluno na busca pela história local e conseqüentemente na busca de sua própria história. Hoje em dia não é possível dissociar a pesquisa e ensino de história do uso das fontes visuais, haja vista, estas terem sido reconhecidas por renomados historiadores como fontes materiais importantes e serem amplamente exploradas pelo mercado editorial e midiático. Já a importância da memória oral para o ensino de história torna-se evidente, considerando o avanço e reconhecimento que essa prática – referindo-se aqui à recuperação da memória através da oralidade – tem tido nos últimos anos. É importante lembrar que o trabalho com oralidade não avança somente no âmbito acadêmico, tanto é assim que ele ganha destaque nos PCN's, uma vez tratar-se de um meio que contempla a memória individual e coletiva.

“As diferenças sociais e econômicas da população brasileira acarretaram formas diversas de registros históricos. Assim, há um grande número de pessoas que não fazem uso da escrita, tanto porque não tiveram acesso a processos formais de alfabetização como porque pertencem a culturas ágrafas, como no caso de populações indígenas. Nesse sentido, o trabalho pedagógico requer estudo de novos materiais (relatos orais, imagens, objetos, danças, músicas, narrativas), que devem se transformar em instrumentos de construção do saber histórico escolar” (PCN, 1997: 31).

Privilegiar trabalhos com memória oral é uma forma de levar o aluno a estabelecer vínculos de comunicação com a família, com os colegas de sala e com o entorno, é também uma forma de (re)criar laços de família e de pertencimento.

“uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivências familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre-se as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação” (BOSI, 1997: 332).

Quanto ao patrimônio histórico brasileiro mencionado pelo artigo 216, Seção II da Constituição Brasileira de 1988, como sendo “patrimônio cultural brasileiro bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira {...}” (BITTENCOURT, 2005: 278), nos leva a reflexões sobre o que temos constituído como memória, seja ela social, política ou cultural e o que temos elegido como patrimônio material ou imaterial, com isso, poderemos verificar se nossa memória tem sido de fato constituída e que memória é essa. Hoje em dia os estudos de meio têm sido uma boa opção para que professores (em especial os de história) possam trabalhar com seus alunos o patrimônio

histórico e “lugares de memória”, em geral isso ocorre junto a cidades e/ou monumentos históricos mais conhecidos, contudo isso pode ser feito a partir dos “lugares de memória” da própria comunidade – entorno – ou ainda, a partir do patrimônio imaterial, através de festas, brincadeiras e tradições populares local. Através do trabalho que envolve professores, alunos e a comunidade, é possível ampliar o conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele (BITTENCOURT, 2005: 277). Para Jean-Noël Luc, historiador francês:

“Todo meio, rural ou urbano, está situado no tempo. Possui uma história e esta história deixou suas marcas. Nas memórias e nos arquivos. Mas também no seu entorno. Objetos e edifícios diversos são testemunhos de existências anteriores. São os laços de união entre passado e o presente”(Apud BITTENCOURT, 2005: 277).

A educação patrimonial é uma importante ferramenta na preservação do patrimônio e da memória, educar para preservar não é, e nem deve ser atribuição única e exclusiva dos Museus, deve ser estendida às escolas e comunidade e, sobretudo, apreendida por todos os sujeitos sociais envolvidos.

“ No debate contemporâneo, o sentido de patrimônio se alarga. Não é apenas o bem que se herda, mas o bem constitutivo da consciência de um grupo, um campo de disputas e de negociações, articulando-se estreitamente à memória e às identidades sociais. Como observa Nora, passamos hoje de um patrimônio de tipo nacional a um patrimônio de tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário. A idéia de preservação de um bem cultural se articula, pois, estreitamente, ao seu conhecimento e ao seu uso social, à ciência e à consciência do patrimônio” (SEGALA, 2006: 1).

Para trabalhar com o aluno o patrimônio histórico material, não há necessariamente que partir de grandes modelos, tais como: O Cristo Redentor, as construções de Oscar Niemayer, as obras de arte do Masp ou o Monumento aos Bandeirantes, há que se contemplar o patrimônio local e regional, trabalhar o que é significativo para o grupo, para a comunidade na qual o aluno está inserido, assim, fica mais fácil à apreensão do conceito e, a conscientização da necessidade de preservação do patrimônio como um todo. Tanto quanto o patrimônio material, o imaterial deve ser tratado a partir da memória local, até porque num país tão extenso, as tradições populares, a culinária, as canções, as festas, representações e

expressões culturais são muito peculiares aos lugares que lhes deram origem. A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial, as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Da mesma forma que percebemos a necessidade de valorização do entorno, da micro-história, da memória e do patrimônio local, arrisco dizer, que todos esses elementos são de fundamental importância para que o professor elabore métodos e formas que o auxiliem na preparação do aluno no contato com museus, espaços de memória, acervos permanentes, exposições temporárias e/ou toda forma de educação não formal que utilize conceitos de arte, história, ciência e cultura, fazendo com que o aluno não saia para uma atividade extra-classe despreparado. O Museu sempre teve caráter pedagógico, mas, não é portanto, papel único e exclusivo do museu a responsabilidade pela ação educativa ali empreendida, nesse sentido, cabe às Instituições de educação formal, professores, coordenadores pedagógicos etc, criar estratégias, estabelecer relações que permitam ao aluno melhor explorar atividades como: estudos de meio, visitas monitoradas aos espaços já mencionados. Iniciar a visita ao museu a partir da sala de aula, não é uma prática comum nas escolas e adotada facilmente pelo corpo docente, sabemos das dificuldades, entretanto, uma atividade lúdica que utilize materiais do cotidiano pode se tornar importante ferramenta de auxílio ao professor.

Por que? A história nos objetos e não a história dos objetos? Porque o que interessa ao professor de história quando da visita ao museu, é a história como um todo a partir de um objeto ou o todo pela parte, não se trata de desprezar o objeto e suas peculiaridades e sim transformá-lo em fonte de reflexão, até porque, a história dos objetos pressupõe a história nos objetos, segundo Francisco R. L. Ramos – professor do departamento de história da UFC e diretor do Museu do Ceará – “{...} o objeto é tratado como indício de traços culturais que serão interpretados no contexto da exposição ou na sala de aula” (RAMOS, 2004: 22). Assim como fomos alfabetizados e aprendemos a ler as palavras, por que não, aprender a ler os objetos? Trata-se de um exercício, o de observar a história que há na materialidade das coisas, ou seja, além da reflexão histórica oferecida pela leitura de livros é possível fazê-la através da leitura de objetos e a relação de um objeto com outros objetos, cabendo ao professor mediar esse exercício, corroborando assim para com o educar para museus. A dessacralização dos objetos dos museus sejam eles objetos de arte, históricos, documentos etc, é o primeiro passo para que o aluno possa relacionar-se com ele. A partir do deslocamento do objeto de sua origem e contexto e, da relação deste com os demais objetos expostos no mesmo espaço,

somado a museografia, cenografia, iluminação, textos explicativos, legendas de identificação, música ambiente e disposição das peças, forma-se um arcabouço de informações para que o professor possa trabalhar com os alunos a observação, a interpretação dos objetos e com isso o professor de história – e o de arte – se desvencilha do ensino da história da arte literal, usando então a arte – e outros objetos em exposição – como um modo, uma ferramenta para estudar a historicidade.

Segundo o ICOM – Comitê Internacional de Museus – o museu em termos genéricos é uma instituição a serviço da sociedade e que tem a educação como uma de suas preposições.

“uma Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, comunica e exhibe, para fins de estudo, de educação e de fruição, testemunhos materiais do homem e seu entorno” (1974) (GLUSBERG, 1997: 3-4).

Em 1958 a UNESCO realiza no Rio de Janeiro o Seminário Regional sobre a função educativa dos Museus e elabora um documento, onde estabelecia: um objetivo de estudo para a museologia: o objeto museológico, entendido como o objeto artístico, histórico e tridimensional, dava ênfase à função educativa dos museus, entendendo que a educação exercida é a formal; reconhecia o museu como uma extensão da escola. Em 1972 acontece no Chile à chamada “Mesa Redonda de Santiago do Chile” que entre outras coisas tratou do caráter educacional dos museus e teve como um dos expoentes Paulo Freire – professor de história e filosofia da educação – que viria a impulsionar a Nova Museologia no Brasil. O país acompanhara com proximidade as transformações ocorridas no universo museal, a Paulo Freire caberia um papel de destaque na configuração desse novo movimento (no início dos anos 80), quando suas teorias sobre a educação extrapolam as Instituições de Ensino e ganham terreno nas Instituições Culturais, em especial nos Museus. No Brasil, foi o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o primeiro a fazer experiências educacionais, ainda na década de 20, Roquete Pinto, então diretor do museu, criou uma Divisão de Educação que visava o atendimento das escolas em seu espaço museal.

Cada Instituição adota atividades e métodos diferentes de aplicação, haja vista, diferentes públicos – faixa etária, interesses da turma, prática curricular da escola, conceito museológico que fundamenta a exposição (RAMOS, 2004: 27) –, somado às questões regionais e os recursos disponíveis. Atividades lúdicas são sempre bem vindas e independem da faixa etária, sabemos que a capacidade de abstração da criança é diferente da do adulto, por isso a necessidade de estimulá-la desde cedo para que no futuro chegue à fruição. A figura do

professor é essencial na mediação que será feita durante as visitas aos acervos e exposições, iniciando-a na sala de aula, terá seu ápice na exposição propriamente dita – a interação entre escola, museu e entorno, é o eixo principal deste trabalho – e o resultado dessa parceria será percebido ainda durante a visita. Observando o comportamento do grupo durante a mediação e a participação nas atividades propostas, poderemos notar o quão importante são os jogos e brincadeiras propostos. A escola, que junto da família tem lugar de destaque na formação do cidadão, não deve ser a única responsável por essa tarefa, em contrapartida, mesmo com o caráter pedagógico atribuído aos museus, eles não devem ser transformados em apêndice da escola (LOPES apud RAMOS, 2004: 13), mas, a parceria entre essas instituições beneficiará a todos. A reflexão sobre nossa historicidade gerada a partir da relação estabelecida entre escola e museu – saber histórico na sala de aula e espaço museológico – é um dos motivos que movem a parceria aqui proposta.

“Tal direcionamento é imprescindível. Levando em consideração que em nosso país os poderes públicos pouco fazem pela qualidade do ensino, em todos os níveis, a proposta de museus com atendimento programado e conseqüente para professores e alunos transforma-se em desafio inadiável, exigindo uma (re)ação daqueles que, apesar de tudo, não se curvam diante da onda perversa e sedutora chamada “globalização”, que se faz através de uma “sociedade de consumo” permeada de negações: sem terra, sem teto, sem emprego, sem escola...” (RAMOS, 2004: 16).

A escola e o museu juntos têm condições de estabelecer uma relação de insubstituível importância na renovação pedagógica, mostrando durante o aprendizado do aluno o compromisso com o mundo vivido e os desejos de transformá-lo (BRUNO apud RAMOS, 2004: 16). A proposta de educação através da parceria entre o ensino de história, a memória e o patrimônio, tem por objetivo mais que a construção do saber histórico, visa também, como já mencionada a formação humanística do indivíduo, levando-o à reflexão sobre nossa historicidade, à compreensão de como se constitui nossa memória e a necessidade de preservá-la, o exercício da apreciação estética, o desenvolvimento das cognições, à capacidade de abstração diante de situações que a exijam, o ato de apropriação do conhecimento e dos espaços e, por fim, o prazer de fazer, de estar, de conhecer, ou seja, alcançar a fruição.

O trabalho aqui apresentado, longe de querer dizer como escolas, professores e outras instituições devem atuar, tem por objetivo mostrar que é possível melhorar a educação através de parcerias. Educar a criança e o jovem de forma a ampliar a visão de mundo e conseqüentemente levá-los à fruição, também é um dos caminhos para construção do saber

histórico perseguido pelos PCN's. Os conceitos apresentados pelos parâmetros curriculares nacionais para o ensino de história são abrangentes do ponto de vista teórico, mas na prática esbarram em problemas de ordem econômica, administrativa e política, por isso a *práxis* fica comprometida. A educação brasileira vem passando por uma crise e ocupa um lugar insatisfatório no cenário mundial, mudar esse cenário requer práticas que atendam a realidade nacional, sem desprezar a realidade local e regional dos vários Braziis, desta maneira, a diversidade brasileira pode ser usada favoravelmente. O indivíduo situado na história, apropria-se do patrimônio, dos lugares de memória e das tradições culturais, é capaz de constituir uma memória individual, interagir com um grupo e com o entorno e será de fato responsável pela constituição da memória coletiva.

Em linhas gerais, estes são alguns dos itens que merecem nossa atenção enquanto educadores – em especial os professores de história – e, que sem dúvida engendram o saber histórico escolar ou científico e formam o cidadão.

Bibliografia

- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia* / Secretaria de Educação Fundamenta. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 2ª. Ed. São Paulo: EDUSP, 1997.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GLUSBERG, Jorge. *Museus no Futuro*. Coleção Memo. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.
- GOMBRICH, Ernest. *História da Arte* . 15ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*, São Paulo, CEN, 1962.
- RAMOS, Francisco R. L. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

Outras fontes

PRIMO, Judite S. *Pensar contemporaneamente a museologia*. Cadernos de Sociomuseologia, nº 16, 1999. Disponível em: <http://www.minom-icom.org/txtol/txt4.html> Acessado em 10/10/06.

SEGALA. L. *Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep*. Revista. Eletrônica Iphan, 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=138> Acesso em 04/10/06.